



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7490 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

ENTRE EDIÇÕES E EDITORES: PERCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO EM O APOSTOLO (1866-1882)

Eveline Viterbo Gomes - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

ENTRE EDIÇÕES E EDITORES: PERCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO EM O APOSTOLO (1866-1882)

O texto em pauta resulta de pesquisa qualitativa histórico-documental, no campo da História da Educação, acerca das representações sobre o processo de laicização do ensino brasileiro a partir de meados do século XIX, questão ainda candente no debate educacional brasileiro. Objetiva compreender o posicionamento do periódico católico *O Apostolo* e de seus editores diante do referido processo no período em que foi liderado por seu idealizador, proprietário e editor-chefe, padre José Gonçalves Ferreira (1866-1882), evidenciando esquemas intelectuais que permitem entrever apropriações, práticas e representações acerca da educação (CHARTIER, 2002). Contribuindo, assim, com estudo desenvolvidos na interface Estado, Igreja e educação, na medida em que ilumina a trajetória de um dos periódicos mais importantes do império, porém, ainda pouco estudado, conforme aponta Limeira (2011).

Tradicionalmente identificado como obra de um grupo de sacerdotes reunidos na sacristia da antiga Igreja de São Pedro, no centro do Rio de Janeiro, e impresso em tipografia próxima, o semanário *religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade* entrou em circulação em janeiro de 1866. Primeiro passo do mais longo e regular jornal católico da Corte, publicado até 1901, documento caro às pesquisas de cunho histórico atentas aos embates travados pela Igreja a respeito de perspectivas e projetos políticos na esfera pública. Tomando-o como objeto e fonte, o estudo tem por método a pesquisa dos, nos e por meio dos impressos (DE LUCA, 2015), três movimentos entrecruzados no trato de bibliografia e fontes, estas ampliadas a periódicos que estiveram em embate com *O Apostolo*.

Segundo Lustosa (1983), *O Apostolo* foi produzido durante a fase de consolidação da imprensa católica, quando houve um intenso movimento de organização em prol da boa imprensa contra a imprensa ímpia, gerando a proliferação de jornais católicos. Esse movimento foi estimulado pelo papa Pio IX e apoiado por clero e laicato ultramontano, em reação aos ataques sofridos pela Igreja no sentido de ser submetida ao Estado. Os ultramontanos defendiam a autonomia da Igreja no que tange à doutrina e ao poder religioso, reconhecendo o papa como centro da hierarquia e de unidade do clero (SANTIROCCHI, 2010).

Desde seu primeiro editorial, *O Apostolo* foi definido como defensor da ordem

religiosa, portanto, da fé como sustentáculo social, do apoio ao Império e da delimitação das fronteiras entre os poderes temporal e eterno (AZZI, 1980). Comprometia-se com o combate dos inimigos da Igreja, propagadores de ideias anticatólicas que se utilizavam da imprensa ímpia para afastar a sociedade da religião, ou seja, difusores da desordem. Tomado como seção portadora da voz opinativa do jornal (GOMES, 2007), verteu-se em foco da análise aqui desenvolvida, visando a identificação daqueles cuja temática envolvesse educação. Essa seleção possibilitou identificar categorias que balizavam seus posicionamentos: falsa educação e instrução verdadeira. Termos difundidos nos editoriais, carregados não só da visão de mundo desses sujeitos, mas pela difusão de práticas simbolizadas por um caráter prescritivo direcionado às famílias católicas.

A cada edição, pais e mães eram orientados a evitar a falsa educação, instrução laica defendida pelos indiferentes, ensinada aos jovens por mestres ímpios e maus livros, raiz dos males que assolavam a sociedade. Defendia-se não a verdadeira ou a boa educação, esta compromissada com a espiritualidade da criança ou jovem (ANJOS, 2015), mas da instrução verdadeira, apropriação católica da proposta de instrução difundida por liberais, valorizando a formação científica e literária desde que orientada pela religião.

Tal categorização indica unidade dos editores quanto às perspectivas de educação e instrução, contudo dela emergem discordâncias acerca do método pelo qual a falsa educação seria suplantada pela instrução verdadeira. Essa questão está presente numa série de editoriais que carregam a autoria de R. entre os meses de agosto e setembro de 1878, período em que padre Ferreira, o editor chefe, esteve ausente de suas funções, e ganham maior relevância ao ser analisada a partir dos registros que seus leitores deixaram em folhas como a *Revista Ilustrada* e *O Mequetrefe*.

R. – ou, Antonio Manoel dos Reis – expôs sua opinião sobre o que considerou grave passo no processo de laicização do ensino, o regulamento aprovado para o Colégio Pedro II, em 1878, a partir do qual ficavam extintos os exames da disciplina de ensino religioso. Abordagem esperada e condizente ao perfil do jornal. Destoava, porém, a solução sugerida pelo editor. Ele defendia o fim da subvenção estatal aos estabelecimentos de instrução pública, pois afirmava que os impostos pagos pelos católicos não poderiam ser usados para financiar o indiferentismo, advogando, inclusive, pelo fechamento desses mesmos estabelecimentos. Os quais seriam substituídos por escolas paroquiais, redutos da instrução verdadeira.

Esse posicionamento contradizia o chancelado por padre Ferreira, gerando uma extensa disputa que culminou na falência do periódico. O conflito foi registrado por seus opositores em artigos que expressavam apoio a um ou outro dos envolvidos na contenda. Esse evento refletiu a cisão do movimento ultramontano fluminense diante das ambiguidades construídas em torno da autonomia ou manutenção de privilégios da Igreja no que se referia à execução de um projeto de sociedade cristã.

Donde se conclui que, ainda que houvessem editoriais anteriores em defesa das escolas paroquiais, *O Apostolo* não advogava em favor da extinção da instrução pública. Na verdade, posicionou-se em luta pela manutenção do ensino religioso na instrução pública. Sob a tutela de padre Ferreira, as escolas paroquiais eram compreendidas como medida complementar, atitude de resistência, não de desistência, na luta pela manutenção dos privilégios da Igreja junto ao Estado. Posicionamento claramente criticado por Reis, para quem as escolas paroquiais assumiam caráter de solução definitiva de implementação da instrução verdadeira, simbolizando o rompimento entre Igreja e Estado.

Palavras-chave: Imprensa católica. Educação católica. Instrução Pública. *O Apostolo*.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Juarez José Tuchinsky dos. *Pais e filhos na Província do Paraná: uma história da educação pela família*. 2015. 617f. Tese (Doutorado em Educação). Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

AZZI, Rolando. A concepção de ordem social segundo D. Antonio de Macedo Costa, Bispo do Pará (1860-1890). *Síntese*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 20, 1980. p. 97-123.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 111- 154.

LIMEIRA, Aline de Moraes. *Jornal O Apostolo (1866-1893): ações católicas na imprensa e na educação*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os bispos do Brasil e a imprensa*. São Paulo: Edições Loyola/ CEPEHIB, 1983.

SANTIROCCHI, Ítalo. *Os ultramontanos no Brasil e o regalismo no segundo império (1840-1889)*. 2010. 667f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História e bens culturais da Igreja. Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma, 2010.